

A ignorância cisheteronormativa

*Cisheteronormative
ignorance*

Alef de Oliveira Lima

Doutorando em Antropologia Social
(PPGAS/UFRGS/Bolsista CNPq)
e-mail: aleflimaufrgs@gmail.com

05

Resumo

O presente artigo visa pensar um conceito de ignorância cisheteronormativa, de modo a compreender e enfrentar as políticas de invisibilização e apagamento das Pessoas Trans em diferentes espaços sociais. Utilizo uma reflexão teoricamente engajada dos termos de ignorância, gênero, conhecimento e Transfeminismo para buscar uma decupagem de ideias de neutralidade, cisheteronormatividade e cissexismo. O material empírico analisado vem sendo coletado através da minha etnografia multilocalizada com coletivos e Programas de Extensão voltados à acessibilização do ensino superior para Pessoas Trans e ao combate a transfobia desde 2018. Os resultados dessa problematização apontam para um “conhecimento ignorante” dos sujeitos cis que reflete um processo de instrumentalização política e epistemológica que não apenas contribui ao erro, mas, insiste em errar.

Palavras-chave: Ignorância; Cisgeneridade; Cisheterormatividade

Abstract

This article aims to think about a concept of cisheteronormative ignorance, in order to understand and face the policies of invisibility and erasure of Trans People in different social spaces. I use a theoretically engaged reflection of the terms of ignorance, gender, knowledge and Transfeminism in the sense of seeking a decoupage of ideas of neutrality, cisheteronormativity and cissexism. The analyzed empirical material has been collected through my multilocalized ethnography with collectives and Extension Programs aimed at making higher education accessible to Trans People and combating transphobia since 2018. The results of this problematization point to an “ignorant knowledge” of cis subjects that reflects a process of political and epistemological instrumentalization that not only contributes to error but, insists on making mistakes.

Keywords: Ignorance; Cisgenerity; Cisheterormativity

Apresentação

Este artigo tem um apelo teórico-epistemológico e se refere as estratégias tanto cognitivas como políticas de invisibilização da população Trans¹. Essa tentativa de tornar um setor populacional invisível ou apagado – de certo modo, isolado e sem uma cidadania efetiva, se cumpre por um discurso de governamentalidade (FOUCAULT, 2008) em que a constituição do biopoder sobre os corpos Trans, se transforma em uma situação de insensibilidade política programada. Pois, na leitura cisnormativa, Pessoas Trans não existem. O trunfo do argumento epistêmico que busco desenvolver é situar a política da invisibilização enquanto um princípio de ignorância cisheteronormativa, problematizando seu estatuto de funcionamento. A ignorância cumpre um curioso papel moral e psicológico – seja por ser cúmplice das desigualdades naturalizadas ou por insistir na repetência do erro sem dar-se conta da norma (histórica e cultural) reproduzida na insistência. Ainda, conforme o filósofo jamaicano Charles Wade Mills, é necessário apontar: “[...] a ideia de uma ignorância, um não-conhecimento, que não é contingente” (2018, p. 420).

Entendo a ignorância enquanto uma relação de poder explícita no conhecimento supostamente não-esclarecido e cultivado na agência de uma negação. Em minha pesquisa etnográfica, com o ativismo Trans

1 Antes, gostaria de situar o/as leitor/as em uma breve contextualização dos meus objetos e circunstâncias de investigação. Trabalho no meu doutorado dois temas. Um relacionado aos processos de escolarização e as experiências estudantis de Pessoas Trans e Travestis – buscando identificar suas singularidades, desafios, impasses e potencialidades. A outra temática se refere as diferentes construções de identidades políticas que a luta do ativismo Trans implica para os sujeitos diretamente afetados por essas mobilizações. Minha abordagem desses assuntos se vincula na interface entre as Antropologias da Educação, da Aprendizagem e das Emoções, e se assenta em um olhar etnográfico. A pesquisa de campo que desenvolvo tem dois focos principais: o Coletivo pela Educação Popular TransEnem em Porto Alegre, sediado no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Programa de Extensão da Universidade Estadual do Ceará (UECE) TransPassando Fortaleza/CE. Ambas as iniciativas implementam ações educativas, formativas e de combate a transfobia no campo da Educação em Gênero e Sexualidade, particularmente, na acessibilização de Pessoas Trans ao ensino superior.

no campo da Educação Popular, os sujeitos cis² que participam dos coletivos e ações (eu me incluo nesse perfil inicial) sentem uma imensa dificuldade com questões simples, por exemplo: o uso dos nomes e pronomes de acordo com as identidades de gênero. Uma dificuldade que também traduzo por ignorância, ao refletir o quanto a performance de gênero cisnormativa está tão enraizada que a menor (e suposta) diferença entre a palavra e a corporeidade dos indivíduos, nos faz confundir definições e embaralhar representações mentais e sociais. Embaralhar e confundir são verbos que geralmente denotam incapacidade. Em algumas situações – na maioria delas para dizer a verdade, o que as pessoas cis fazem é permanecer no erro. Errar é humano – a repetência do erro é uma escolha, portanto, reflete posicionamentos atitudinais atravessados por normatividades (OLIVEIRA, 2017; VERGUEIRO, 2014), discursos, clichês liberais formando um tipo de escudo de não-afetação. A frase para essa ideia, seria mais ou menos assim: “Tudo bem, Pessoas Trans existirem, mas o erro é delas, não meu. Dessa maneira, eu posso permanecer no meu erro, pois ele se justifica na norma”.

Nas páginas que seguem elabora um apanhado de questões e tensões para compreender o modo como a ignorância cisheteronormativa atua no cotidiano das Pessoas Trans e cis de maneira a estabelecer um processo de invisibilização e naturalização das desigualdades. Aqui a ignorância é

2 A terminologia cis tem um princípio inicialmente contrastivo para diferenciar com as Pessoas Trans (o termo foi criado por Donna Lynn Matthews (maiores informações conferir: http://donnas-hideout.org/tg_def.html. Acesso em 13/11/2019). Cis, seria aquele ou aquela que por não ter sua identidade de gênero atacada por diversos saberes e práticas, naturalizou sua posição de gênero. Uma pessoa cis está, previsivelmente, conformado/a com seu gênero em razão da sensação de adequação com o discurso social normativo que convencionalmente relaciona o sexo e o gênero. Minha referência diz respeito a alguns interlocutores da tese de doutorado que estou construindo por meio de uma abordagem etnográfica multissituada com Programas de Extensão, coletivos políticos e cursinhos populares voltados ao público T. Assim, nessa as definições de cisnormatividade e cisheteronormatividade se referem a produção de ideais regulatórios, socialmente difundidos, a respeito das identidades de gênero e padrões de sexualidade baseados em normativas coloniais, espalhadas por diferentes projetos políticos incluindo o neoliberalismo, fundamentalismo, os usos retóricos do multiculturalismo e os discursos tácitos de aceitação.

tomada enquanto um campo complexo capaz de reiterar a normatividade das sexualidades e identidades de gênero na forma de um dispositivo de poder. No mais, é necessário investigar a diversidade de performances que a ignorância se manifesta na tentativa de encontrar seus aspectos centrais. Faço isso incluindo uma problematização mais densa sobre as relações entre conhecimento, fenomenologia, linguagem e Transfeminismo.

Neutralidade do conhecimento e cisonormatividade

Há muito as diferentes abordagens epistemológicas se debatem na tentativa de distinguir o conhecimento no amplo espectro das versões da verdade (WEBER, 1999), como se o ato de conhecer na filosofia dos mundos ocidentais fosse sempre permeada pela genuína busca do autêntico e verdadeiro. De certo, o discurso daquilo que pode ser conhecido se baseia em algumas divisões clássicas ou relações de convencionalidade:

Conhecer é pensar o que é: o conhecimento é uma certa relação – de conformidade, de semelhança, de adequação – entre o sujeito e o mundo. Assim, conhecemos nossos amigos, nosso bairro, nossa casa: o que temos no espírito, quando pensamos neles, corresponde mais ou menos ao que existe na realidade. (COMTE-SPONVILLE, 2002, p. 55)

A divisão sujeito e objeto, a impossibilidade de apreensão plena das realidades do mundo, todo o arcabouço de um projeto filosófico ocidental – mediado, pelo pressuposto de um ser cognoscente capaz de ter impressões “verdadeiras” sobre as coisas, seja o intelecto como queriam os racionalistas ou pela experiência “bruta” pelo apreço dos empiristas. Nada disso muda o fato de que o conhecimento traduz também, uma técnica de dominação, um *modus* de controle que se consistiu discursivamente nos mais diferentes planos sociais. A ideia de uma

neutralidade científica, sua não-marcação nos espaços sociopolíticos é antes uma forma de compactuação. Nesse aspecto, o conhecimento que ignora a política ou a ética na produção dos discursos, se mantém na ignorância de suas circunstâncias sociais. Por esse motivo ignorância e conhecimento não se põe em oposição, em minha perspectiva é claro. Logo, o estatuto de um conhecimento ignorante tem uma base tanto cognitiva quanto política.

Mas, como tal processo instrumentaliza-se nas dimensões da vida cotidiana, no reconhecimento das identidades de gênero, nas relações étnico-raciais, nas discussões sobre capacitismo e diversidade funcional? Para responder essa questão eu irei me basear no obstáculo epistemológico que a filósofa panamenha Linda Martín Alcoff distingue quando se escreve contra um tipo de epistemologia colonial:

A epistemologia tem sido a teoria protocolar para o domínio da discursividade no ocidente, situada numa posição de autoridade que lhe permite um julgamento bem além dos ciclos filosóficos. A epistemologia presume o direito de julgar, por exemplo, o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo relatos de experiência em primeira pessoa de todos os tipos. É realístico acreditar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais? As reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social. (2016, p. 131)

Ao julgar uma ignorância cisheteronormativa, acerca da qual se aproxima a um projeto de conhecimento cissexista e colonial, estou pensando na localização de gênero, de raça, de faixa etária, de sexualidade e até mesmo de compleição física. Os coletivos e programas de extensão nos quais me vinculo e participo, por mais interessantes que sejam e diversos (em certa medida) são locais sociais nos quais um tipo

branco, cis e gay padrão³, de classe média que cursou boa parte de seus estudos em escolas da rede privada, aparece em demasia. Não é uma denúncia acerca da insistência de uma diversidade de gênero (efetivamente não-diversa) e monocromática. Porém, isso se apresenta como lócus discursivos importantes. O perfil do voluntariado acaba por confirmar uma estrutura social de desigualdade. Claro está além deles, mas os acompanha nas maneiras de propor um conhecimento do mundo.

A instrumentalização da ignorância cisheteronormativa começa assim, na não-evidenciação de uma desigualdade que visa manter ignorada a existência de alguém cuja presença faz erodir aquilo que esse Outro normativo sabia. Ao mencionar a Transexualidade e a experiência Trans do ponto de vista de um saber ou uma epistemologia, quero demonstrar que existe nessa perspectiva uma forma de conhecer o mundo e ao mesmo tempo desarmar um modelo de conhecimento. Nesse caso, o conhecimento deixa de ser uma maneira de normalizar o mundo e as diferenças, e passa a constituir um campo de pluralidades. Foucault (2000) já analisava essa tentativa de conformidade que as relações normativas realizavam a partir dos distintos dispositivos de saber-poder nos campos da medicina, na psiquiatria, nas instituições como um todo. O jogo dessa ignorância propositada da cisheteronormatividade eleva ao máximo essa instrumentalização, em razão de tomá-la com um sentido de neutralidade de gênero, raça, capacidades etc.

Donna Haraway, socióloga, bióloga e filósofa feminista estadunidense tem um texto importante a respeito da necessidade de desmistificar as supostas neutralidades do conhecimento, sua objetividade e seu verniz de dominação. No artigo “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” (1995), Haraway apresenta um novo panorama discursivo acerca da definição de

3 É importante frisar que muitos e muitas que participam das iniciativas que investigo se mostram solícitos e engajados em suas performances de voluntários, meu comentário se refere a uma situação ou uma distribuição estruturada de ignorância.

verdade, verdadeiro e da universalidade do conhecimento. Incluindo, em sua posição teórica, a visão e a situacionalidade do conhecimento. Ela desconstrói o argumento epistemológico da neutralidade ao lançar luz nos provincialismos da produção do saber – dominados dentro de uma ótica masculinista (e ciscentrada). Para a autora o privilégio de uma perspectiva parcial informa a parcialidade de toda a forma de conhecimento, porque, a rigor, todos tomamos e fazemos parte de alguma coisa e temos um ponto de vista vivencial. Dessa maneira, a filósofa elide a figura da objetividade enquanto um valor intrínseco do conhecimento, antes, é um instrumento que esconde formas compostas de poder.

Outro argumento no mesmo contexto, porém, um pouco mais incisivo é escrito pela psicanalista Grada Kilomba, a exemplo do racismo e das desigualdades étnico-raciais em sua realidade traumática, ela chama atenção ao binarismo ou a dualidade originada do “ponto de vista” ocidental do mundo. Kilomba nos lembra: “*Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico: universal/específico; objetivo/subjetivo; neutro/pessoal; racional/emocional; imparcial/parcial; elas/eles têm fatos/ nós temos opiniões/ elas/eles têm conhecimento/nós temos experiências*” (2019, p. 52). A lição dessas dualidades de tratamento entre as vozes da negritude e da branquitude ou a insistência da ignorância cis frente as vozes Trans, é de algum modo similar em seus atravessamentos, tanto a branquitude como a cisheteronormatividade se põe como produtoras de um conhecimento não-situado/universal. Tal ideia as mantém confortavelmente em um limbo de ignorância inscrevendo sua posição não-marcada em um espaço político, apesar de, evidentemente parcial, as consequências dessas divisões se apresentam frequentemente nos menores detalhes (que irei explicitar a seguir).

Gênero e fenomenologia da linguagem: cenas etnográficas

Gostaria de examinar minhas notas etnográficas – na realidade, pequenos casos e cenas que chamaram minha atenção durante alguns momentos do meu trabalho de campo. Essas anotações tratam de um sentimento ambíguo que senti quando comecei a levar à sério os apontamentos feitos por Pessoas Trans ao meu trabalho etnográfico. Basicamente, os comentários de colegas e amigos/as Trans diziam sobre a necessidade de olhar para as agressões silenciosas, sutis e até mesmo vistas por positivas facilmente esboçadas por cisgêneros. Modos de dizer, falar, relatar, piadas, maneiras de comportar ou abraçar, tudo, uma miríade de gestos era destinada a um único propósito: ato normalizador ou deslegitimador de identidades dissidentes da norma. Posso exemplificar:

Cheguei rotineiramente para Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Sigo para a sala de aula, vou acompanhar um dos professores do TransEnem/RS, me sento. A caminhada da parada até aqui fora cansativa. Ainda não tem ninguém. Sem sinal de discentes ou professores. Faço hora e descanso. Mais um pouco tempo e Eva, Arthur e Luiza chegam. Mostram-se surpresas de me vê. Sabem que, de acordo com o cronograma do coletivo que foi disponibilizado, não tenho aula naquele horário. Explico, que hoje vou acompanhar, para os fins da pesquisa, as aulas dos outros professores. Hoje, as matérias de exatas é que são responsáveis pelos períodos iniciais. Com tempo, o docente responsável chega, esbaforido. Correu alguns corredores, porque errou de sala. Apressado, de bermuda azul, cabelo desgrenhado e blusa preta, manchada de giz, ele vai imediatamente ao quadro. Dá boa noite e anota várias questões. Em determinado momento, ele se refere a Arthur pelo pronome feminino: ela. Arthur logo o corrige, ele se desculpa, mas o desconforto fica. No pós-aula, alguns alunos me explicam que não é a primeira vez que isso acontece e, quando ocorre, gera-se uma angústia, uma sensação de deslegitimação.

Ler o gênero das pessoas, a partir de atributos físicos e morfológicos, é uma prática que deve ser desnaturalizada. É preciso, segundo os discentes, ter o hábito de perguntar: como me refiro a você? Ou, por qual pronome quer ser tratado/a/e? (Diário de Campo, 10/06/2019).

Quando a linguagem é instrumento de poder, ela acaba por acompanhar maneiras de atribuir, criar, atacar, enviar e mesmo desmerecer os sujeitos. Nesse sentido, a linguagem também é base de construção fenomenológica, ou na perspectiva de Ludwig Wittgenstein (2000) ela funciona a partir dos *jogos de linguagem*, que instrumentalizam formas de discriminação e dominação. Em resumo, as palavras e falas geram o acontecimento. Assim, quando eu olho para essa cena de um professor cisgênero que não consegue simplesmente realizar uma pergunta simples, verifico o modo em que a naturalização das identidades de gênero se manifesta desigualmente entre o público T e os cisgêneros. No caso do professor que errou o nome e o pronome, ocorreu uma leitura de gênero autocentrada, portanto, alheia a situação de interação ali manifestada durante a aula. Outro exemplo, dessa fenomenologia da linguagem pode ser mais inteligível:

A assembleia (reunião mensal que o coletivo realiza), em princípio, trataria da coleta das rifas, distribuídas ao longo do mês, para custear as atividades do Coletivo para o segundo semestre. Todos os presentes acabaram entregando os valores arrecadados. A sala, onde estamos, é suntuosa. Em certa medida, isso tem relação com o prédio em si. Com o tempo, as discussões acabaram chegando nos erros dos nomes e pronomes. Ficou decidido que todos os presentes deveriam fazer uma espécie de dinâmica de questionamentos. Estávamos em círculos e cada um foi falando seu nome, como preferia que se referissem, ele ou ela, e sua identidade de gênero, homem, mulher, não-binário, agênero, dentre tantos outros. Tal fato acabou gerando constrangimentos. Podia-se ver, nos rostos, uma indagação sobre o motivo de fazer aquilo. Qual a necessidade? Bem, por outro lado, as Pessoas Trans presentes fize-

ram esse mini ritual de apresentação com tranquilidade. Ao que parece, dizer ou afirmar seu próprio gênero não é uma obviedade fácil de se admitir. (Diário de Campo, 13/07/2019)

Continuando com o ponto de vista de Wittgenstein, pode-se argumentar que o constrangimento ou incomodo dos professores cis em marcar seu gênero e pronome de tratamento se deve a dimensão necessariamente política e ética da marcação – pois, palavras também funcionam como etiquetas ou rotulações – mas, brancos e cisgêneros não querem ser rotulados:

Imagine ferramentas dentro de uma caixa: ali tem um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um pote de cola, pregos e parafusos. – Tão diferentes como são as funções desses objetos, são também diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali.) Certamente o que nos confunde é a uniformidade da sua manifestação, quando as palavras nos são ditas, ou nos defrontamos com elas na escrita ou impressas. Pois o seu emprego não está ali tão claro para nós [...]. Assim, e de maneira mais ou menos semelhante, um nome designa uma coisa e é dado a uma coisa. – É sempre útil se, ao fazer filosofia, dizemos para nós mesmos: denominar algo é similar a fixar uma etiqueta sobre alguma coisa. (2000, p.14-15)

De certo interpretar a ignorância cisheteronormativa apenas por uma recusa a ser marcado pelo gênero ou pela sexualidade, e pela raça também, não diz muito sobre as maneiras variáveis que ela agencia uma dimensão política que está aquém ou além do que eu, como cis, conseguiria descrever. Continuo pensando que essa fenomenologia da linguagem, que é instrumentalmente diferente das propostas da linguagem neutra⁴,

4 Aquilo que se convencionou denominar linguagem neutra refere-se basicamente ao uso dos termos, palavras e pronomes em que a designação de gênero pode ser transformada: todos, todas, todes. Tendo a letra e ou u (ela, ele, elu) como partícula substitutiva para a não marcação do gênero dos sujeitos. A linguagem neutra acaba por sugerir uma nova maneira de lidar e significar a língua portuguesa tencionando a normatividade binário frequentemente explícita.

serve para ilustrar diferentes aspectos das relações de poder e diferença que se assentam sobre as imagens situadas da Transexualidade e, conseqüentemente, das Pessoas Trans mesmo em um coletivo de protagonismo Trans. Possivelmente, um remédio para tal ignorância seja o Transfeminismo – não por remexer na ferida da cisgeneridade e de suas performances de gênero, mas, pela potencialidade de deixar em evidência a escolha pela ignorância.

Transfeminismo educador

Cisgeneridade eu entendo como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo. (VERGUEIRO, 2014: 17)

Viviane Vergueiro Simakawa (2015), em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) sobre as “inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes” apresenta em sua análise autoetnografia, a cisheteronormatividade enquanto “cistema”, ou melhor, um campo de normas. Nesse aspecto – além da referência a um discurso compulsório de gênero (SCOTT, 1988) e sexualidade – a cisgeneridade operacionaliza um conjunto de

relações que inviabiliza pensar a complexidade de outras identidades não-marcadas pelo binarismo. Vergueiro, em um sentido metateórico leva a indagação de um panorama estrutural de conhecimento sob o qual se assentam discursos, representações e políticas de gênero ao limite de sua força heurística. Aqui, a autora, necessariamente, alude ao Transfeminismo enquanto um movimento de renovação e crítica que relança o debate das performances de gênero (BUTLER, 2003).

Se a ignorância cisheteronormativa é instrumentalizada na forma de um discurso de invisibilização, e também de apagamento nos diferentes âmbitos sociais. O Transfeminismo recoloca as identidades de gênero e a crítica ao feminismo radical e sua re-naturalização do pensamento binário. A psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus afirma que:

O pensamento transfeminista está em construção no Brasil, isso significa dizer que ele não está apenas sendo importado como um conhecimento pré-elaborado, mas, isso sim, está sendo resignificado e adaptado às vozes e realidades das mulheres e homens Trans, Travestis e demais Pessoas Trans nestas terras tupiniquins. E isso é extremamente positivo, em termos de criatividade e protagonismo na adequação de uma linha teórica a determinada conjuntura cultural e humana, em oposição à tendência colonialista de introjeção e sujeição a conceitos das metrópoles culturais. Como um dos feminismos de terceira onda, os quais problematizam a visão estática do sexismo como uma prática opressiva unilateral, o Transfeminismo reconhece as múltiplas expressões do sexismo tanto por parte de opressores/as quanto de oprimidos/as, nas instituições e nos movimentos sociais. (2013, p.6)

Nesse aspecto o caráter educativo do Transfeminismo – como parte e revisão do movimento feminista, também baseado nas leituras da negritude e da crítica pós-colonial, está em desconstruir uma perspectiva unilateral das performances generificadas. Ao situar a questão da transexualidade enquanto um operador da diferença e da diversidade o

movimento Trans em sua luta por cidadania reconstrói a necessidade de não substancializar as diferenças, tampouco, naturalizar os movimentos sociais de modo acrítico. Assim, uma ignorância cisheteronormativa só é possível de maneira a desconsiderar a pertinência do Transfeminismo, a existência de Pessoas Trans e reificar um olhar binário acerca das identidades e expressões de gênero.

Outro ponto é que o Transfeminismo não se coloca inerentemente ao movimento feminista, em razão de sua luta histórica por reconhecimento e por lugar de fala (RIBEIRO, 2019), suas premissas visam ultrapassar as noções patologizantes das identidades Trans e a moralização dos corpos dissidentes do padrão cis (BENTO, 2006; ALVES, 2012). Pedagogicamente, pode-se refletir que o papel educativo do ativismo Trans não irrelevante frente a uma ignorância estruturada e naturalizada por relações desiguais. Antes, o Transfeminismo evidencia as contradições de um olhar normativo e assimétrico ao mesmo tempo que traduz novas formas de enfrentamento político, ético e porque não, epistemológico acerca dos modos de produzir conhecimento engajado e relevante no campo dos estudos de gênero e sexualidade. No mais, é preciso resistir a ignorância cisheteronormativa, principalmente por seu verniz de naturalidade, privilégio e poder. Portanto, a discussão transpassa a mera consideração teórica e se propõe na prática, em suma, um posicionamento crítico necessário e emergencial a respeito do apagamento de existências ignoradas (ao bel prazer das políticas públicas).

Considerações finais

Tentei, com alguma lucidez teórica, insinuar o conceito de ignorância cisheteronormativa e reconhecer fatos empíricos que embasam e alimentam essa ignorância em um sentido de negação psíquica e também cultural. Assim, meu argumento se mantém, ao perspectivar um conhecimento ou estrutura de conhecimento que insiste no erro para melhor performar

privilégios e desigualdades não se encontra amparada apenas nos indivíduos, pois, é refratária de uma situação social mais ampla. Aqui, o gesto de um cisgênero em prestar atenção nas violências implícitas encampadas nas diversas interações sociais entre Pessoas Trans e pessoas cis, acaba tendo por base uma necessidade epistemológica de desnaturalizar uma posição de desconhecimento que tacitamente elaborado invisibiliza a existência de um dolo sobre as alteridades alheias. Além da própria dor de infringir a qualquer outro indivíduo uma situação de alienação e outridade.

Diante do que se discutiu alguns pontos merecem ser enfatizados:

1. A ignorância cisheteronormativa se traduz em uma representação discursiva de um saber (ignorante) socialmente assimétrico e ausente de um debate cognitivo e político mais extenso do que seria pôr em prática formas reais de reconhecimento para o público T. Tal postura, devidamente, implica que os cisgêneros ocupem o lugar de escuta – logo, sejam marcados pelas identidades de gênero que naturalizam ou buscam deliberadamente apagar das interações sociais.
2. A transfobia de uma ignorância cisheteronormativa não é dada apenas no imbróglio da abolição do gênero por gays conservadores e feministas radicais, ela se operacionaliza cotidianamente – em vários sentidos: afetivo, educacional, erótico, político-social, econômico e cultural.
3. Situar essa ignorância requer lançar mão de um conhecimento situado – que refuta a universalidade de um sujeito regulador e normativo.

Por último, mas não menos importante, faço menção ao trabalho etnográfico da Antropóloga baiana Tatiane Muniz, que aborda os modos que a branquitude opera no racismo institucional uma ignorância estratégica. Segundo Muniz em sua pesquisa de doutoramento no campo biomédico, é necessário pensar como a ignorância é acionada em situações, cenas e expressões na tentativa de sair-se sem ser marcado, como no fato de relegar aos profissionais negros a incumbência de tratar a racialidade e o racismo, enquanto os brancos permanecem em uma posição confortavelmente alienante:

[...] não é que somente o negro está autorizado a falar sobre raça e racismo, mas que todos aqueles que participam do debate reconheçam que se está falando de lugares distintos da experiência, e que, no caso do branco, ele está na posição que representa a histórica dominação e privilégio que vigentes em sociedades marcadas pela hierarquização racial. (2019, p.63)

Essa premissa pode facilmente ser posta para exemplificar a ignorância cisheteronormativa, em que o gênero é sobreposto na forma de um marcador onipotente e unidirecional. Dessa forma se invisibiliza positivamente a figura das pessoas cisgênero, transformando a diferença no pressuposto de hierarquização, mesmo que, evidentemente, o marcador seja difuso e atravessado pelas experiências históricas das sociedades ocidentalizadas. Assim, ignorância justifica sistematicamente um argumento de dominação (STEYN, 2012) e apagamento. De toda a forma é preciso nomeá-la e tornar visível a incidência das naturalizações da transfobia e violências de gênero que atinge diariamente uma parcela populacional fetichizada e subalternizada por políticas tácitas de morte, precarização e medo. A ignorância é uma escolha, no limite uma prática política normativa, sua desmistificação é uma urgência epistemológica.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Revista Estado e Sociedade, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.

ALVES, Hailey. **Introdução ao Transfeminismo**. **Transfeminismo, 2012**. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>>. Acesso em: 12/09/2019. 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da sexualidade**. *In*: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, p. 243-270, 2000.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**, Cadernos Pagu, Campinas, n.5, p. 07-41, 1995.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p. 1-9, 2013. Disponível em: <<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anaispdf>>. Acesso em 10/09/2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MILLS, Charles Wade. **Ignorância branca**. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa, v. 17, n.1, p.413-438, 2018.

MUNIZ, Tatiane Pereira. **Branquitude e racismo institucional: desafios ao enfrentamento da ignorância estratégica**. *In: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Núcleo de relações raciais: percursos, história e movimentos*. Porto Alegre: CRPRS, p. 57-70, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 192 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RAMÍREZ, B. **Colonialidad e cis-normatividade: Entrevista con Viviane Vergueiro**. Bogotá. *Ibero-América Social: Revista-red de Estudios Sociales*, v. III, p. 15-21, 2014. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>. Acesso em 13/11/2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia Univ. Press, 1988.

STEYN, Melissa. **The ignorance contract: recollections of apartheid childhoods and the construction of epistemologies of ignorance**. *In: _____*. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 19:1, 2012. p. 8-25.

VERGUEIRO, Viviane. **É a natureza que decide? Reflexões Trans* sobre gênero, corpo e (ab?) uso de substância**. *In: JESUS, Jaqueline Gomes de (et al.)*. *Transfeminismos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Metanoia, p. 20-41, 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgêneridade como normatividade.** 224 p. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WEBER, Max. *Parte 1: Ciência e Política.* In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia.* Rio de Janeiro: LTC, p. 95-180, 1979.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.